

Eu recebi diversas, dos setores de inteligência, e recebi objetivamente, diretamente, algumas ameaças contra a minha vida dizendo que, se continuássemos o trabalho ali, que eu ia pagar o preço, coisas desse nível. Por fim, recebi um vídeo, que nitidamente foi filmado no entorno do espaço, em que aparece o meu carro passando e foi seguido, obviamente apócrifo, mas dizendo: Olha, a gente sabe por onde você está indo etc., num tom de ameaça. Quero dizer que não me sinto nem um pouco ameaçado, tanto é que divulguei. Agora, é importante que a gente registre também isso, que essas ameaças tenham acontecido. Tenho certeza de que não foram só comigo, mas que foram direcionadas, inclusive algumas recebi a todos os membros da comissão. Mas foi importante o seu registro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, só para ousar, ousar reparar uma fala do deputado Rodrigo Amorim no sentido de que não houve incêndio no local. Houve dia 28 de janeiro de 2019. Foi veiculado pelo RJTV, dentre outros, como a breve pesquisa no Google aqui me garantiu, mas esse específico garante nosso amparo nesse mandato, unidade de mandato, unidade de legislatura. Então, só para deixar claro que esse risco iminente já vem de algum tempo, e até a presente manifestação da comissão, não tinha sido atentado pelos proprietários ou responsáveis da localidade.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom, a gente vai passar. Só lembrando que todos os que tiverem direito à fala, sempre se dirijam à presidência da comissão, nunca entre si, e aí a presidência, caso seja uma pergunta, defere ou não para outra instância.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr presidente, quero trazer à colação, para deliberação de v. exa. na condução dos trabalhos, assim como fizemos em outra oportunidade. Houve relatos de que alguém teria pedido algum tipo de vantagem para liberar o espaço, para, enfim... Quero deixar claro o seguinte: o espaço continua oficialmente interditado pelo Corpo de Bombeiros. É importante, aproveitando a força desta CPI e na qualidade de testemunha, aqueles que aqui estão e que representam o local, que possam objetivamente responder a esta comissão se houve, se receberam, por parte de algum de nós, membros da comissão ou qualquer outro deputado desta Casa, ou qualquer pessoa que seja, algum tipo de exigência, de vantagem para qualquer ação em prol de qualquer gesto, por conta das ações desta comissão. É importante deixar isso claro...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Ou por qualquer agente público.

O SR. RODRIGO AMORIM - Qualquer agente público. Porque há uma indústria de assassinato de reputações. Eu não estou falando só pelo Parlamento, que vem sendo, ao longo do tempo, tão severamente alvo e por obra de si próprio, mas também porque todas as nossas ações são ao lado do Corpo de Bombeiros. Então, para a preservação da imagem não só nossa, mas sobretudo a do Corpo de Bombeiros, é importante que, nos termos do Código Penal, no âmbito desta CPI também, v. exa., no andamento da oitiva, faça esse tipo de questionamento, sr presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, deputado. Eu vou passar rapidamente essa pergunta para os representantes da Amocavim, que é a sra. Santília Matos e a sra. Cleide. Vou pedir só para não se alongar, só para a gente poder acabar com qualquer questão com relação a isso, porque nós tivemos informação, e essas informações podem ser verdadeiras ou não, então, é importante que os senhores, como representantes, esclareçam isso, se houve, de parte de algum parlamentar desta comissão ou qualquer outro parlamentar, diretamente ou indiretamente, pedido de propina para que a Vila Mimosa voltasse a funcionar. Por favor.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Só para fazer uma pontuação aqui. Quem é o responsável pelo imóvel, se está aqui presente, e quem seria o responsável pela associação porque, ao que me consta, as pessoas pagam à associação o aluguel, mesmo a associação não sendo a proprietária do espaço.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Boa-tarde. Sou assistente social e, agora em janeiro, em transição com a associação, a gente fez uma reunião e deliberamos uma nova presidência, porque a presidente antiga faleceu no ano retrasado e a associação estava sem direção. Foi agora no dia 15 de janeiro que nós tomamos posse. Na verdade, os documentos ainda estão em transição.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - A senhora é a presidente?  
A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Não, eu sou tesoureira.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - E a senhora está falando pela associação?

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Estou falando pela associação. Respondendo ao deputado Alexandre, de maneira alguma. A gente não tem conhecimento sobre essa questão de oferecer propina aos deputados que tenham solicitado algum tipo de vantagem em cima disso. Nós não temos conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Nenhuma instituição? Corpo de Bombeiros?

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Não, não, não. Não temos conhecimento desse fato. E peço desculpas se isso aconteceu, chegou ao ouvido dos senhores. Mas, assim, a gente, nós aqui, a gente não está aqui para incriminar as pessoas que estão sendo, como é que se diz?, apedrejadas a respeito disso. Nós não recebemos nenhum tipo de comentário desses, não ouvimos nada. E, assim, é surpresa para a gente ouvir isso da boca de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu agradeço a resposta da senhora, porque é óbvio que é uma situação constrangedora fechar o local. Sei que pessoas precisam trabalhar ali. Como eu disse para a senhora na última vez em que lá estive, a gente tem total interesse em ajudar. A gente, por exemplo, chamou aqui a Secretaria Municipal de Ordem Pública, que não está presente, a Secretaria de Assistência Social, que não está presente, e está vindo um representante da Faetec, exatamente para a gente poder debater sobre a questão de ter uma Faetec ali. Nós também conversamos com o governador do estado Wilson Witzel com relação ao local e ele se comprometeu a fazer uma força-tarefa para tentar restabelecer ali um pouco de estruturas mínimas. No que tange ao estado, a gente tem uma questão ali junto à prefeitura - a prefeitura que é competente em fazer algumas situações e a gente acaba ficando um pouco de braços atados.

Mas, eu gostaria até de deixar claro isso - e a gente sempre faz nesta CPI - que qualquer tipo de pedido de propina ou qualquer coisa, extorsão, que seja encaminhado a esta Casa.

A gente tem também aqui, o deputado Jorge Felipe Neto também é corregedor da Assembleia Legislativa, e que, mais do que isso, não deixe de estar nas audiências e coloque a situação, porque isso é muito grave e a gente está aqui só para exercer o nosso trabalho.

A gente sabe a demanda que vocês têm. A gente está querendo ajudar, mas a gente não pode ultrapassar os nossos deveres estabelecidos em leis.

Dando continuidade, eu vou passar a palavra para o Corpo de Bombeiros.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Só para responder à pergunta do sr. Jorge Felipe sobre a associação, sobre a propriedade. A propriedade foi comprada em 96. Tivemos que colocar em nome de três pessoas porque não dava para botar trinta e cinco pessoas na escritura, mas a associação não aluga as casas. As casas são de seus proprietários, elas têm documento; cada um tem o seu box.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, dona Cleide, eu não vou entrar no assunto, até porque é um tanto quanto irrelevante para o escopo desta comissão, muito mais para o objetivo desta reunião, mas eu ouso discordar porque a gente tem gravado, como todas as ações, e absolutamente em uníssono, a unanimidade dos comerciantes disse que pagavam aluguel à associação e, enfim, vocês têm que ver isso aí.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Sim.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Agora, isso tem fé pública, isso tem polícia, isso está lavrado em auto.

A SRA. HEREDIA ALVES - Pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. HEREDIA ALVES - Eu gostaria de cumprimentar a mesa, na presença do deputado Alexandre. Obrigada pelo convite.

A Associação da Vila Mimosa, o documento está no nome da Cleide, da dona Santília e cada um dos boxes tem um contrato de comodato, comodato não, de concessão, foi concedido o espaço. Como ali funciona, como o deputado mesmo demonstrou, de uma forma um pouco desorganizada, algumas questões, eles não têm ainda registrado um condomínio, mas o valor que é cobrado lá é condomínio não oficial, para que tenha um mínimo de manutenção, questões como lixo, questões como a limpeza e algumas outras questões internas. Aluguel não é cobrado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Doutora, a gente viu que a manutenção estava sendo muito bem feita, mas a grande questão aqui é a seguinte...

A SRA. HEREDIA ALVES - Não, só para deixar claro que não é aluguel.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não existe concessão: é aluguel.

A SRA. HEREDIA ALVES - Não, é concessão. Eles têm um documento, aí, se não é legal, depois a gente pode pedir a ajuda de vocês inclusive para ajudar a regularizar...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Órgão público...

A SRA. HEREDIA ALVES - Está tudo documentado aqui com o dr. Siro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Para garantir a palavra, por favor. Sem problema.

A SRA. HEREDIA ALVES - Eu acredito que, para interdição, o tipo de negociação que eles fizeram entre si não é o mais importante aqui no momento, tendo em vista que tem várias mulheres com fome e seus filhos também.

O SR. RODRIGO AMORIM - Pela ordem, sr. presidente. A falta de alvará e documentação para a exploração da atividade econômica é motivo de interdição para a gente.

A SRA. HEREDIA ALVES - Claro, deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Senão, a cidade do Rio de Janeiro vira uma bagunça...

A SRA. HEREDIA ALVES - Com certeza, deputado...

O SR. RODRIGO AMORIM - Imagina se todo empreendedor quiser fazer, explorar sua atividade sem nenhum documento.

A SRA. HEREDIA ALVES - Mas, eu gostaria de agradecer... É que eu estava falando e ele cortou.

O SR. RODRIGO AMORIM - É só para deixar claro que é absolutamente fundamental. E o objeto desta comissão, sim, é entender o tipo de relação com o dono do espaço e sobretudo com o alvará, até porque a inexistência de alvará impede, por consequência, a liberação pelo Corpo de Bombeiros. Então, se a gente não deslindar essa questão neste momento, cai por terra toda tentativa de formalizarmos o local, porque esse é o documento que dá início, dá *start*, dá o primeiro passo para qualquer legalização junto ao Corpo de Bombeiros; é estabelecer a entrega de alvará, de "habite-se", por aí vai. Então, é fundamental que a gente conheça como se dá essa relação. Fundamental.

A SRA. HEREDIA ALVES - Claro, mas os representantes da associação ainda estão aqui e eles podem dizer que não pagam aluguel. E, assim, o deputado Rodrigo Amorim e o deputado Alexandre Knoploch se propuseram a nos ajudar. Nós queremos de antemão já agradecer, inclusive seja na questão de emissão de alvará e regularizar os espaços individualmente, até porque o projeto que foi apresentado junto ao Corpo de Bombeiros vai solicitar a regulamentação de cada um dos espaços. Então, assim, se nós, neste momento, não estamos com os alvarás em dia, e eles têm algumas dificuldades, que a Casa se coloque de alguma forma disposta a ajudar, se for o caso, né?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, doutora. Deputado Jorge Felipe.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Os senhores conhecem a dona Sandra?

A SRA. HEREDIA ALVES - É ela.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Dona Sandra, uma das comerciantes colocou a senhora como responsável pelo recolhimento de aluguel. Isso tem documentado em WhatsApp. Assim, eu acho que sua manifestação, doutora, não caberia nesse alvoroço. O que a gente está querendo é resolver. Vocês podem chamar do que quiserem, mas a natureza jurídica é locação. A grande questão aqui é a seguinte: a ausência de responsável, até muito recentemente, as fizeram perder tempo. É isso. Eu acho que o imbróglio se começa a formar quando não há objetivamente alguém para ao órgão público se reportar. Ele não pode tratar com dez, quinze, vinte pessoas, cada um num momento diferente. Então, é pertinente, para o desenlace da questão. Agora, a gente tem responsável, questão de propriedade está bem definida e a gente pode avançar. Agora, assim, absolutamente tudo o que a gente está falando aqui tem embasamento, seja documental, seja vídeo, seja... E vai constar do relatório. Esse relatório vai ser público, pode ser publicamente contestado a qualquer momento, qualquer um pode dizer e se contradizer o quanto quiser, ninguém está aqui numa sessão, enfim, sob vara, mas, o que a gente está falando tem todo fundamento do mundo, a gente quer ajudar a resolver a questão. Quanto mais a questão for levada ao conflito, diminui o ímpeto deste Parlamento de colaborar. Então, eu só queria fazer esse posicionamento, que pelo menos é pessoal, presidente.

O SR. - Presidente, a gente só gostaria que voltasse ao foco da prevenção porque essas questões, voltar ao foco do fato determinado porque essas questões que estão em volta podem ser sanadas num outro momento e numa outra esfera, inclusive até com a ajuda do gabinete de v. exas., que aí fogue até ao escopo da CPI, mas o gabinete de v. exas. pode muito bem estar aí se colocando à disposição para ajudar essa população.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, doutor.

Vamos passar a palavra ao sr. Ivanir, pois não, depois a gente volta à forma.

O SR. IVANIR DOS SANTOS - Bom, gente, primeiro explicar minha presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado pela presença do senhor.

O SR. IVANIR DOS SANTOS - Eu tinha que vir, tenho um compromisso com essa causa, os senhores sabem algumas delas. Eu estava na Nigéria, na África, quando a Cleide me mandou uma... Um... Sobre o bloco, começou com o bloco. E disse para ela, não podia estar e tal, eu falei: não, faço questão e tal. Depois, o dr. Siro mandou para mim a questão da audiência e, claro, eu tinha que estar na audiência e vou explicar para vocês por que, até para ter outro olhar sobre esse tema.

O debate não é formal, como está se tentando ter, que eu acho que é normal. Quer dizer, estamos num país onde quarenta por cento da atividade econômica hoje do trabalho é informal. A gente está falando de uma prática que, além de ser informal, é ilegal pela lei. Olha só a confusão em que a gente se meteria aí. Eu não vim aqui... Eu vim justamente para o diálogo. O Amorim me conhece muito bem, mais do que para o confronto, uma coisa que eu acho que não ajuda num momento como este. Mas, eu queria que vocês primeiro entendessem, para entender o outro lado, a humanização desse pessoal. Eu defendi a minha tese de doutorado há um ano e meio, chamada "Marchar não é Caminhar". Essa tese eu dedico a uma prostituta da Praça XI. "Marchar não é Caminhar", pode ler que você vai ver que tem um prólogo. É uma prostituta da Praça XI. Todo mundo se pergunta: Por que uma prostituta? Porque a prostituição era na Praça XI, na zona do mangue. Uma mulher, que saiu da cidade de Campos, vem ser empregada doméstica no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro ela conheceu um baiano mecânico, foi morar na favela do Esqueleto - onde é a Uerj - teve um filho com ele. Ele largou o filho dela, largou ela, ela foi então para Comandante Mauriti, ali ao lado do Sambódromo, tem uma rua ali chamada Comandante Mauriti. Ela era chamada de Sônia da Mauriti.

Contam as pessoas que, quando o filho dela tinha cinco anos de idade, ela arrumava, trazia ali na comunidade, tinha uma amiga

dela baiana, ela dizia: Da Bahia, esse é o meu bebê. Vinha cantando e tal. Ela então dizia para a mulher, para essa amiga: Ele vai ser doutor. Com oito anos de idade, essa criança é raptada da mão da mãe, é colocada no Santos - os mais antigos aqui sabem o que era o Santos. Posteriormente, virou Funabem. Ele nunca mais viu a mãe. Depois, com quatorze anos, ele vai para a Escola Quinze, onde é o SEI lá em Quintino, que vocês estão falando aqui. Ele vem, não tinha pai nem mãe, ele vai ao Maracanã e um dia então ele vai e volta à Praça XI para encontrar a mãe, porque um amigo dele dizia que ele ia encontrar a mãe. Ele, então, descobre que ela morreu. A versão oficial é que ela tinha se suicidado, tinha jogado álcool no corpo e tacado fogo. Mais tarde, na fase adulta, engraçado, quando ele era subsecretário de estado de direitos humanos desse estado, ele descobre que não foi isso o que aconteceu. Ela foi assassinada por um policial da internada de Olaria. Essa mulher era minha mãe, por isso que eu estou aqui. (Palmas) Esse é o motivo de eu estar aqui.

Eu não estou aqui porque numa causa como essa, as figuras públicas fogem, como você muito bem fez a crítica. Eu tinha que estar aqui, porque eu devo tudo o que eu sou à minha mãe, que foi para a prostituição para que eu pudesse viver. Entende qual é a trama que nós estamos tratando aqui? Não é só da formalidade. Estamos tratando de seres humanos, de pessoas que não têm formalidade, não tiveram estudos, de pessoas que não têm... O estado trata de uma forma amorosa, muito ruim, e que têm que sustentar, às vezes, seus filhos e sua família.

Eu não tenho mãe por conta disso, por isso que eu dediquei minha tese a ela e falo dela cada vez mais hoje. O filho dela virou doutor, professor da Ufrj. Ninguém nunca entendeu por que a minha vida toda eu sempre lutei pelos Direitos Humanos, você sabe disso, seja na chacina de Acari, de Vigarão Geral. Ninguém nunca soube disso, porque uma coisa é fazer o discurso duro de que o outro é inimigo, de que o outro tem que ser exterminado; outra coisa é entender que tem uma humanidade por trás disso.

Então, o que eu peço a vocês, que não se trata de uma formalidade pura e simples: se trata de seres humanos, de pessoas que são mães e que, por trás disso, têm seus filhos. Independentemente, eu concordo que essa ideia que vocês estão tendo, né? Eu não posso ser contra, ok? Não, à luz, o não sei o quê. Eu não posso ser contra, só se for um maluco, um caro insano, mas, o que eu peço a vocês é que tenham um pouco de serenidade e de humanidade de entender que estamos lidando com pessoas, seres humanos. E elas não são prostitutas porque querem; foram para a prostituição porque não tinham, às vezes, outra forma. A gente olha a prostituição de forma moral e não se trata só de uma questão moral, de falta de questão de oportunidade. Por isso que eu acho legal chamar a Faetec, por isso que eu acho legal chamar as secretarias para as suas responsabilidades, por isso tem que pensar que tem que ter casa decente para essas pessoas, para que elas possam fazer com que os filhos delas cheguem aonde eu cheguei.

Então, a minha estada aqui. Por isso que eu pedi para falar primeiro, não é para fazer o confronto, mas é para sensibilizar a estrutura do estado, que ela é, né?, ela é extremamente cartesiana e ela não olha isso, tanto que a fala aqui é justamente essa, né? A estrutura é cartesiana, ela não quer olhar isso, ela não olha a pessoa: ela olha a norma, e nem sempre a norma leva em conta que nós somos seres humanos, pessoas diferentes, de lugares diferentes, com oportunidades diferentes. Então, eu queria pedir à comissão, porque já ouvi a fala de vocês que querem ajudar a contribuir, que vá nessa direção. São pessoas que, às vezes, têm que levar o remédio da sua mãe, nem sempre são só os filhos, e que têm famílias.

Por gentileza, sejam mais humanos num momento como esse e vamos pensar que o estado não é para oprimir. Eu disse isso na posse do governador - você estava lá e ouviu o que eu disse para ele, que, às vezes, mesmo o estado, quando acha que vai fazer justiça, ela acaba produzindo injustiça. E o momento agora não é de justiça, mas de dar as mãos e buscar um caminho que seja bom para todo o mundo.

Axé e um abraço para todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Querida parabenizar a fala do sr. Ivanir. E só contribuir aqui um pouquinho, porque esta comissão tem dois meses e meio e é interessante o que acontece aqui porque, vou dar um exemplo do Ninho do Urubu, onde dez crianças morreram. E a gente começou a se debruçar nisso. Eu sou flamenguista, o deputado é, e a gente começou a receber inúmeras ameaças de torcedores do Flamengo: "Você quer prejudicar o clube, vocês querem acabar com o clube por causa das famílias." E a gente sempre falou o seguinte: primeiro, a gente quer entender como se deu o incêndio porque todos os que estiveram aqui, impressionante, ninguém tem culpa. Aconteceu por um acaso do destino. A gente sabe que sempre existe, no mínimo, uma situação de negligência que ocasionou aquilo, mas ninguém tem culpa. Aí, você tem pressão da gestão atual do Flamengo, da gestão passada do Flamengo, que um joga para o outro, aí vem um monte de membros da OAB, outros do próprio Parlamento, todo mundo pedir pelos seus. Todo mundo. Então, assim, é uma situação para a gente muito difícil.

Eu entendo exatamente tudo o que foi falado. Aliás, os advogados da associação colocaram isso de forma muito elegante e a gente entende. A questão aqui não é a prostituição, isso é o que eu quero deixar claro. O tema da prostituição, a gente quer ajudar, só que a gente precisa primeiro se debruçar na questão do risco iminente para a gente amanhã não acontecer. Deus me livre, alguma coisa, e vão perguntar o seguinte: por que o Corpo de Bombeiros não agiu? Por que a CPI que existia não agiu? Como acontece nesta Casa. Então, é importante a gente ter as responsabilidades deixadas bem claras aqui. Eu, junto com os deputados Rodrigo Amorim e Jorge Felipe, nós fomos conversar com o governador, buscar alternativas. Será que a alternativa é a revitalização dali? Será que a alternativa é outro espaço? Eu não sei, sinceramente, eu não sei. Isso, a gente tem que debater juntos.

Agora, a gente também não pode deixar o Corpo de Bombeiros numa situação que eles não exerçam o papel dele, que é um papel técnico. Quando tem um incêndio, eles exercem de forma técnica, porque se eles forem exercer de forma emocional, muitas vezes se colocam até em risco. Então, é de forma técnica.

Então, diante disso, agradecer mais uma vez a palavra do sr. Ivanir, que é sempre bem-vindo a esta Casa, um homem que tem um histórico ímpar aqui na sociedade do Rio de Janeiro, independente de ideologia, de matriz religiosa. Minha religião é judaica e todos nós respeitamos como o senhor se coloca, inclusive sempre muito junto lá com o nosso pessoal da Fierj. E esse respeito não é de um ano: é feito através de...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - É verdade, é verdade, e eu agradeço muito ao senhor.

Eu vou passar a palavra para o Corpo de Bombeiros, que vai explicar como se dá tecnicamente a interdição, os passos e como está o processo.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deixa só eles concluírem a fala deles, depois eu passo para a senhora.

O SR. RODRIGO POLITO - Mais uma vez, gostaríamos de agradecer pelo convite e nos colocamos à disposição da comissão, da sociedade. Gostaríamos de saudar os representantes do Poder Judiciário, da sociedade civil.

O Corpo de Bombeiros recebe a fala do dr. Ivanir sempre de maneira muito positiva. A atuação do Corpo de Bombeiros, embora julgada cartesiana, é também é uma atitude de proteção às pessoas, sobretudo. A gente tem que observar as questões legais que rodeiam o tema, mas o nosso objetivo nunca vai deixar de ser o objetivo humano. A proteção da vida vem antes de qualquer legislação que a gente tenha que aplicar, de maneira A ou B. Querida dizer que a gente recebe essa fala positivamente e que pensamos da mesma forma.

Eu gostaria de pedir permissão para passar a fala ao tenente-coronel Fliess, que é a pessoa que vem acompanhando a situação desde o início e pode melhor esclarecer através de um histórico, o que ocorreu em relação, na visão do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, coronel.